

8 JUSTIÇA SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO

e financeiro de organismos ou agências governamentais com o objetivo de transferir renda pública ou privada de maneira criminosamente em benefício próprio ou para determinados indivíduos ou grupos de indivíduos ligados por quaisquer laços de interesse comum – como por exemplo, negócios, localidade de morada, etnia ou fé religiosa. Esta corrupção é uma das mais graves porque trai, ao mesmo tempo, os princípios da moral e as normas da justiça social; compromete o correcto funcionamento do Estado, influenciando negativamente na relação entre governantes e governados, introduzindo uma crescente desconfiança em relação à política e aos seus representantes, com o conseqüente enfraquecimento das instituições.

O QUE FAZER?

- Ler este folheto com outros membros da comunidade cristã.
- Analisar a Justiça Social no nosso País: como avaliar a inclusão, o acesso aos bens e serviços, a igualdade de oportunidades... Que nota daríamos?
- Identificar as formas de como se manifesta a corrupção social e política no País e delinear linhas de acção para a combater.

MOMENTO DE ORAÇÃO

Coloquemo-nos na presença do Senhor, voltemos a ler o texto bíblico que abre este documento e perguntemo-nos, Lhe perguntemos: Quais são, Senhor, os mandamentos que precisamos de guardar para sermos justos? Escutemos o que Ele tem para nos dizer.

Pai Nosso...

“A falta de segurança, acompanhada pela corrupção dos poderes públicos e pela difusão de fontes impróprias de enriquecimento e de lucros fáceis fundados em actividades ilegais ou puramente especulativas, é um dos obstáculos principais ao desenvolvimento e à ordem económica” (João Paulo II, Centesimus Annus, 48).



8 JUSTIÇA SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO

“Seremos justos, se guardarmos os seus mandamentos e os observarmos diante do Senhor nosso Deus, como ele nos ordenou” (Dt 6,25).

INTRODUÇÃO

Para compreendermos o que significa justiça é fundamental fazermos alusão à ideia de relação. Como dizíamos anteriormente, as relações estabelecidas entre os cidadãos são de “amizade civil” e quando se quebra a dita relação de confiança recíproca há injustiça. Poderíamos definir justiça, de maneira geral, como dar ao outro o respeito que merece. Isto integra o reconhecimento da dignidade e os direitos que dela derivam. Existem diferentes tipos de justiça, conforme o nível em que se estabelecem as relações: justiça comutativa, distributiva, retributiva ou penal, e restaurativa. Mas todas estas englobam-se, cada vez mais, numa única denominação que é a Justiça Social. Neste folheto queremos dar a conhecer o que são relações sociais justas e mostrar que a corrupção é aquilo que destrói a justiça.

JUSTIÇA SOCIAL

Uma vez que somos seres sociais por natureza, as relações que devem primar entre nós são relações de reconhecimento, respeito, ajuda e solidariedade em todos os níveis: entre cidadãos, entre membros do governo e cidadãos, entre empresários e cidadãos, entre adultos e crianças, entre homens e mulheres, entre camponeses e cidadãos, entre funcionários públicos e cidadãos, entre empresários e trabalhadores... Sobre isto, vale a pena

recordar um Padre da Igreja africano do século IV, chamado Lactâncio, que diz o seguinte:

“O primeiro dever da justiça é reconhecer o outro como um irmão. De facto, se o mesmo Deus nos fez e nos gerou a todos na mesma condição, que aponta para a justiça e a vida eterna, estamos seguramente unidos por laços de fraternidade: quem não os reconhece, é injusto”.

A dimensão social envolve a área da saúde, da educação, da habitação, da alimentação, dos transportes e comunicações, da renda *per-capita*, mas também envolve a justiça e a liberdade. Assim, a justiça social pode ser definida do seguinte modo: dar a cada um aquilo que lhe corresponde em matéria de distribuição dos bens e dos serviços sociais, das oportunidades e do acesso aos bens, materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, que precisa para o seu pleno desenvolvimento pessoal e social. Por isso, para haver justiça social, o Estado e as instituições sociais devem fazer tudo aquilo que lhes corresponde para alcançar o verdadeiro bem de todos, o bem comum.

O contrário da justiça social é a exclusão. Quando não damos a cada um aquilo que lhe é devido, como ser humano que é, estamos a excluí-lo, a marginalizá-lo, a manipulá-lo, a instrumentalizá-lo, ou seja, estamos a tratá-lo como coisa e não como pessoa... A Igreja tem sido sempre muito clara e firme quando fala de justiça social no que se refere à distribuição dos bens da criação. A justiça social proíbe que uma classe social seja excluída da participação dos lucros das empresas e indústrias que deveriam beneficiar todos. Violam-na, por conseguinte, aqueles que acumulam de bens indevidos, contentes por terem conseguido contornar as leis. É contra a justiça social diminuir ou aumentar demasiadamente os salários, em favor das próprias conveniências, sem ter em conta o bem comum; e a mesma justiça exige que, na convergência de entendimentos e vontades, tanto quanto seja possível, se regulem os salários de tal modo que o maior número de cidadãos possa encontrar trabalho e ganhar o necessário para o seu sustento.

De igual modo, a limitação das liberdades individuais e sociais priva as pessoas de desenvolverem capacidades pessoais e comunitárias, impedindo-as de alcançar ideais e de atingir todo o seu potencial. Resumindo: uma

sociedade desigual no acesso aos bens, aos benefícios sociais e económicos, às liberdades e aos serviços públicos, onde há grupos com privilégios sobre os outros e grupos e/ou pessoas que são excluídos, manifesta uma grande falta de Justiça Social. E isto tem a ver com corrupção.

CORRUPÇÃO

A palavra corrupção deriva da palavra latina *corruptus*. Pode significar duas coisas: *“quebrado em pedaços”*, como um copo de vidro ou de cerâmica que cai e se quebra em mil pedacinhos impossíveis de serem recompostos. Também pode significar *apodrecido, pútrido*, como um alimento que ficou ao sol ou sob o efeito do calor e se torna putrefacto; como o corpo de uma pessoa poucas horas depois de morrer... Estes dois significados dão-nos a entender, na realidade, o que estamos a dizer quando falamos de corrupção: trata-se de uma perda irreparável do melhor da pessoa humana. De facto, na Bíblia, a palavra corrupção aparece sempre relacionada com o pecado e com a morte. **A corrupção destrói o melhor da pessoa humana, das comunidades, das instituições e do Estado: a consciência.** E, porque destrói a consciência, destrói as relações humanas e o tecido social. A corrupção vê-se, sente-se, repugna-nos.

Em sentido geral, define-se corrupção como o abuso do poder para benefícios privados que, por sua vez, prejudica todos e que depende da integridade das pessoas que estão numa posição de autoridade. Mas temos de reconhecer que a corrupção vai para além das pessoas que têm uma posição de autoridade. Na sociedade em geral ou no Estado, a corrupção é também caracterizada pela incapacidade moral dos cidadãos assumirem compromissos voltados para o bem comum, mostrando-se incapazes de fazerem coisas que não lhes traga uma gratificação pessoal. Exemplo disto, é o caso de pessoas exigirem subsídio para qualquer serviço social. Nesta situação, não existe qualquer sentido de serviço voluntário, gratuito, que privilegie o bem da comunidade em detrimento de qualquer benefício pessoal.

Mas, efectivamente, a corrupção adquire uma maior gravidade quando se instala naquelas pessoas que têm poder no Estado. Este tipo de corrupção denomina-se de Corrupção Política e é definida como o uso ilegal - por parte de governantes, funcionários públicos e agentes privados - do poder político